

MEMÓRIAS VIVIDAS E REVELADAS

Ana Maria de Almeida Ribeiro¹

APRESENTAÇÃO

Meu nome é Ana Maria de Almeida Ribeiro, Técnica-administrativa em Educação (TAE) na UFRJ, ocupante do cargo de Técnica em Assuntos Educacionais, desde 1988, em uma época que existiam, no máximo, trinta servidores neste cargo em toda UFRJ. Minha vivência na universidade começou em 1980, como aluna de graduação, e a partir de 1988 como TAE, onde desenvolvi minhas atividades nas áreas acadêmicas (graduação e pós-graduação), administrativa e da saúde. Eleita para a representar a categoria dos TAEs no Conselho Universitário (CONSUNI), na primeira bancada de 1998/2003, assim como na primeira bancada, no Conselho de Ensino de Graduação (CEG), de 2003/2010, hoje estou suplente no Conselho de Centro do CFCH. Também estive na direção do SINTUFRJ, na coordenação geral de 2001 a 2008, com presença na negociação do plano de carreira. Minha formação acadêmica inclui os cursos de graduação em Matemática (Licenciatura) e Gestão Pública, Especialista em Gestão Estratégica em Políticas Públicas (UNICAMP); Mestre em Ciência da Informação (UNB) e Doutoranda em Ciência da Informação no Programa PPGCI UFRJ/IBICT. De 2011 a 2016, fui cedida à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) atuando na gestão e conhecendo melhor o universo das estatais brasileiras. Em 2016, ao retornar da ECT, fui para uma unidade acadêmica, a Escola de Serviço Social (ESS), e atualmente, trabalho na Decania do CFCH, desenvolvendo atividade técnicas.

INTRODUÇÃO

A passagem pelos 100 anos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é um momento de importância fundamental na História do Brasil. Como primeira universidade, instituída legalmente como tal no país, representa, com certo atraso se comparamos aos demais países da América Latina, o início do estabelecimento de política de Estado para o ensino superior. Motivo de celebração e de resistência, frente ao atual momento que vivemos, em que

¹ Técnica em Assuntos Educacionais-UFRJ

Trabalho submetido em setembro de 2020. Aprovado em dezembro de 2020

ações governamentais insistem em tentar destruir esse século de conquistas para nossas universidades públicas.

Nesses 100 anos, posso afirmar que 40 deles eu vivi intensamente nossa universidade. Não há como estar nela e não ter se apaixonado, se envolvido, se contaminado. Se alguém não passou por esses sentimentos, então não a viveu, apenas passou por ela. A nossa UFRJ, simbolizada pela Deusa Minerva, nos traz essa áurea que só uma deusa das artes e da sabedoria, como mulher forte, poderia nos apresentar. A limitação deste espaço impede expor toda a intensidade dessa longa trajetória, de todas as experiências de gestão, de atuação política, de atividades desenvolvidas, e por isso, destacaremos os mais expressivos.

Para muitos dos servidores da UFRJ, que nela viveram parte significativa de suas vidas - dentro de suas salas, auditórios, laboratórios, corredores, ambulatórios, enfermarias, secretarias, esse é um momento também de resgatar nossas memórias. Entendemos que esse registro de nossa vivência poderá servir de instrumento teórico de organização do conhecimento no campo da informação e das ciências sociais aplicadas, como memória social e institucional, ao possibilitar inspirar a abordagem, de algumas de nossas experiências, em temas de monografias, dissertações e teses acadêmicas.

Em recente publicação, resgato o histórico do processo de acesso aos cursos de graduação da UFRJ, destaco a importância da memória, desde a antiguidade, para a humanidade na transmissão do conhecimento para novas gerações.

Oliveira (2010, p. 34) afirma que, de forma genérica, podemos definir memória como a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado, evocá-los e retransmiti-los às novas gerações, graças a um conjunto de funções psíquicas. A autora destaca que durante a Antiguidade a memória foi considerada como algo sublime, religioso e elevava os mortais ao mundo das divindades. Oliveira salienta que a possibilidade de dar forma ao discurso através da escrita acarretou modificações no que diz respeito ao papel da memória na transmissão do conhecimento. (RIBEIRO, 2019, p.583)

ATUAÇÃO POLÍTICA QUE LEVA À GESTÃO

Desta forma início nosso relato situando o ano de 1980 como um marco inicial. É nesse ano que a UFRJ passa a fazer parte da minha vida, ainda com 17 anos, como estudante de graduação no Instituto de Matemática, do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza (CCMN), na Ilha do Fundão. A participação ativa como estudante, seja na vida acadêmica, seja

na atuação na política estudantil – no Centro Acadêmico da Matemática (CAMAT) e no Diretório Central dos Estudantes (DCE), possibilitou-me um conhecimento mais amplo da UFRJ, de sua estrutura de poder, de organização e de gestão.

O ano de 1980, tem marcas fortes em minha memória, não apenas pela felicidade em ingressar na UFRJ, um sonho que parecia impossível para uma jovem de classe média baixa, filha de comerciante imigrante português, moradora da zona rural do Rio (Jacarepaguá). Esse foi um ano marcado pelos atentados a bombas explodindo bancas de jornais², que comercializavam a imprensa independente, e de oposição ao governo militar e do atentado no 1º de maio, no Riocentro, com a presença de muitos jovens universitários. Na UFRJ, o assassinato de Dona Lyda Monteiro³, secretária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), vítima de uma bomba que explodiu ao abrir uma correspondência, levou o CAMAT a paralisar a aula de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB), disciplina obrigatória, assim como Educação Física, que ocorria no Roxinho (auditório do CCMN), para nos dirigimos à grande manifestação no Cemitério São João Batista, com os demais movimentos sociais e o grupo Tortura Nunca Mais.

Nos anos seguintes, meu envolvimento aumentou com a participação na Diretoria do DCE-UFRJ, e indicação para a primeira representação estudantil no CEG, e é esta participação no colegiado superior, que foi a porta que se abriu para a gestão pública acadêmica e administrativa. Por ser um período de redemocratização do país, havia um forte movimento de mudanças na legislação imposta pelo regime militar e isso se refletia na UFRJ, nas mudanças das normas internas. Uma primeira vitória da bancada estudantil no CEG foi a criação do Boletim Escolar, emitido até hoje pela Divisão de Registro do Estudante (DRE), diferenciando-o do Histórico Escolar. Até então, a UFRJ apenas emitia o histórico que continha todas as reprovações, mesmo depois do aluno já ter sido aprovado nas disciplinas, o que prejudicava os alunos da UFRJ na ocupação de vagas de estágio e empregos quando formados, já que as demais universidades emitiam um histórico limpo (sem as reprovações).

Neste período, os órgãos de informação do governo militar mantinham em completa vigilância qualquer movimentação política nas dependências da UFRJ. Em recente pesquisa na base de dados do Arquivo Nacional, ao consultar meu nome, foi possível localizar dezenas de documentos que registram esse controle. Um dos documentos trata da ida dos estudantes da

² Disponível em <http://memorialdademocracia.com.br/card/direita-explosiva-faz-ataques-em-serie>. Acesso em 31.jul.2020

³ Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lyda_Monteiro_da_Silva. Acesso em 30.jul.2020

UFRJ ao IV Congresso Nacional de Entidades de Base (CONEB)⁴ da UNE. Nos documentos é possível encontrar a listagem com nome de 12 alunos da UFRJ, dentre eles o meu, e o Ofício Confidencial nº 007/83/GR/UFRJ, de 23/09/83, assinado pelo Reitor Adolpho Polillo, informando ao SNI, sobre o apoio da universidade para ida dos estudantes ao congresso e afirmando que “[...] O Sr. Vice-Reitor tomou por bem apoiar com base no fato de serem infiltrados estudantes da confiança do Prefeito.” Ou seja, a própria administração da UFRJ infiltrava agentes no movimento estudantil para vigilância.

A primeira greve dos docentes ainda em 1980, com a organização da Associação de Docentes (ADUFRJ) e seu protagonismo na luta nacional, levou seu então presidente, o Prof. Luiz Pinguelli Rosa (COPPE/IF) à presidência da ANDES (Associação Nacional). Os funcionários (assim identificados nos anos 1980) se organizavam em torno da Associação dos Servidores da UFRJ (ASUFRJ) com ações estritamente associativas e esportivas (em seu regulamento constava explicitamente a proibição de atividades políticas e reivindicativas). Entretanto, no turbilhão de redemocratização que se configurou na sociedade brasileira e nas universidades, não havia como os trabalhadores da UFRJ estarem ausente. A existência de dois tipos vínculos empregatícios: estatutário e celetista, a ausência de concursos públicos autorizados pelo governo, as universidades usavam da autonomia administrativa concedida com o Decreto Lei 200/1967, e o orçamento disponível, para contratar via CLT⁵. Na UFRJ, alguns alunos de graduação tinham o duplo vínculo - aluno e funcionário, atuando nas bibliotecas, nos laboratórios, no NCE e nas secretarias. Uma juventude que, envolvida com o “fazer” acadêmico, iniciava sua vida profissional na UFRJ, diferente da geração anterior que, em sua maioria, era analfabeta ou com pouca escolaridade. E é principalmente essa nova geração que dá o tom à primeira greve de funcionários, ocorrida em 1984, e lotaram o Roxinho – auditório do CCMN. Essa geração inicia um movimento de luta pela identificação do funcionário como trabalhador em educação, atual Técnico-Administrativo em Educação (TAE) conquistado no Plano de Carreira em 2005, que passam a lutar pela paridade nas eleições e colegiados, e contra a subalternização da categoria (FONSECA, 1996), na busca de igualdade entre docentes e discentes.

Em 1988, passo a integrar os quadros da UFRJ como trabalhadora de vínculo celetista, no que era denominado de Tabela Temporária (TT), e lotada na Sub-Reitoria de Graduação e

⁴ ARJ/ACE 9753/83 – Ofício Confidencial nº 007/83/GR/UFRJ de 23/09/83 – arquivo BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83009753_d0001de0001. Disponível em <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em 22.ago.2020

⁵ CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943.

Corpo Discente (SR-1), a Profa. Maria Conceição Pinto de Góes, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) era sub-reitora, e a Profa. Virginia Aflallo, do Instituto de Matemática (IM), a Superintende-Geral, na gestão do Prof. Horácio Macedo como Reitor desde 1986. Minha ida para a SR-1 estava ligada à experiência acumulada em legislação educacional e no processo de avaliação institucional, com o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB) que havia sido construído a partir de amplo debate entre as entidades representativas de docentes, funcionários e estudantes (ANDES/FASUBRA/UNE). Na SR-1 atuei na avaliação da Faculdade de Direito, do Instituto de Nutrição e Instituto de Psicologia, apesar da forte resistência da comunidade universitária em efetivar um programa de autoavaliação, o que inviabilizou a continuidade do programa. Outro projeto, cujas sementes foram plantadas no gabinete da SR-1, e esteve entre as minhas atividades administrativas, foi a discussão sobre a criação do curso de graduação de Direção Teatral. Um grupo de trabalho foi instituído na SR1, que contou com a participação de várias unidades, como Faculdade de Letras (FL), Escola de Comunicação(ECO), Instituto de Psicologia(IP), Instituto de Psiquiatria(IPUB), Escola de Belas Artes(EBA), com docentes envolvidos com o Teatro, como Edwaldo Cafezeiro(FL), Lauro Goés (FL), Suzana Saldanha(FL), Angela Leite Lopes (EBA), Aderbal Freire Filho(FL) e Luiz Arthur Nunes(EBA), estes últimos transferidos da UFRRJ e UFRGS, respectivamente, para o corpo docente da UFRJ. E como convidados, os diretores de teatro de prestígio no Rio de Janeiro, como Moacyr Góes (Diretor), Beti Rabetti (UNIRIO), e vários outros. Infelizmente, neste período o clima político institucional na UFRJ estava muito complexo, e a avaliação interna é que não havia condições de aprovação do curso no CEG. A decisão tomada no âmbito da reitoria, levou à uma mudança do projeto para um Curso de Especialização, que foi aprovado pelo Conselho de Ensino Para Graduados (CEPG), sendo assumido pela ECO e representou um enorme sucesso, em função da qualidade do corpo docente e das disciplinas ofertadas. A servidora Fernanda Ribeiro (atualmente na Editora) assumiu a secretaria do curso e acompanhou todo a sua organização acadêmica-administrativa na época. Somente em 1994, o curso de graduação foi aprovado no CEG, em um projeto e corpo docente renovado. Esta foi, provavelmente, a primeira tentativa de implantar um curso multiunidades e interdisciplinar, mas que já apontava para as dificuldades em construir ações horizontais na UFRJ, debate que voltou à cena com o REUNI⁶, nos anos 2000. A gestão do Prof. Horácio Macedo (1986/89) foi um marco histórico e rico de experiências democráticas e

⁶ Programa de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais do Ministério da Educação, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

de inclusão social. Os ares de democracia abertos na década de 1980, se fecharam na década seguinte.

Em março de 1990, a posse do Presidente Fernando Collor, e o susto com o Plano Collor iniciou a guerra do governo aos servidores públicos, carimbados de “marajás”. Na disputa, em novo pleito para a Reitoria da UFRJ, vence a chapa com o Prof. Nelson Macullan (COPPE) como reitor, e Prof. Paulo Alcântara Gomes (COPPE) como vice-reitor, que assumiram em julho de 1990, após mandato de um ano do Prof. Alexandre Cardoso, vice de Horácio. Inaugura-se um novo período na UFRJ em que muitos colegas, nas várias SRs, são levados a buscar novas unidades, uma mistura de não pertencimento e perseguição, marcaram esta época. A opção de votar nulo nesta eleição, por um coletivo da comunidade universitária do qual fiz parte, levou-me a aceitar um novo desafio, mudar da SR1 para SR3 (Sub-Reitoria de Finanças) e assumir a chefia da Seção de Dados Acadêmicos e Administrativos, do Departamento de Acompanhamento Gerencial (DAG). Esta seção era responsável pela coleta, tratamento e sistematização de todos os dados acadêmicos da UFRJ, cadastramento da produção científica, das publicações, das bancas de dissertação/teses que eram coletadas pelos formulários da CAPES, e uma equipe de estudantes bolsistas digitava para inseri-las no sistema (SAG)⁷ e emitir os relatórios a serem encaminhados para avaliação da CAPES; também registrávamos todos os projetos de pesquisa, de extensão, e disciplinas de graduação e pós (ensino). Nossa equipe contava com então os jovens servidores: Valéria Baptista, Marília Nobrega, Giovani Zebende Boher e Jaqueline (não mais no quadro da UFRJ), sob coordenação da Fátima Brito, e tendo na comunicação e divulgação Maria do Socorro Moura. A exceção de Fátima, na Casa da Ciência, todos os demais estão atualmente na Editora UFRJ. Em parceria com os técnicos do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) foi possível, com a simples digitação do número de matrícula de um servidor, saber todas as suas atividades e produção acadêmica e científica. Em final de 1992, o setor foi extinto e nenhuma das fitas magnéticas, com as informações coletadas ao longo dos cinco anos de existência, foi arquivada.

UMA GESTÃO COLETIVA E INCLUSIVA

Outra experiência marcante foi assumir a Coordenação Executiva da Comissão de Acesso aos Cursos de Graduação da UFRJ (conhecida como Comissão de Vestibular). Na assessoria da SR-1 acompanhei, como todos os servidores da área na época, a saída da Fundação

⁷ Sistema de Acompanhamento Gerencial (SAG), sob gestão da SR-3 e do NCE

Cesgranrio e a implantação do novo modelo de provas discursivas, que envolvia uma grande logística. Para garantir o sucesso do projeto, o Prof. Horácio Macedo trouxe trabalhadores especialistas em concursos da Cesgranrio, como Manuel Assumpção e Clóvis Dottori. As equipes do NCE e docentes da UFRJ, como Luiz Otávio Langlois e outros, se juntaram para compor esta enorme missão que perdurou até o ano de 2011. Foi o único projeto iniciado na gestão de Horácio que permaneceu por décadas, todos os demais foram descontinuados.

A convite da então Sub-Reitora Profa. Neide Felisberto (IM), e seu Superintendente-Geral Prof. Ricardo Medronho (EQ), em 1994, assumi primeiro a chefia da Seção de Seleção, da Divisão de Ensino, responsável pelas matrículas de estudantes convênio. A UFRJ disponibilizava 1% das vagas de cada curso ao MRE⁸ que selecionava os estudantes, via as embaixadas do Brasil em países da América Latina, África e Ásia. Nossa equipe, que contava apenas comigo e Soraya Rodrigues, recebia e atendia esses estudantes, e assim começamos a verificar as dificuldades desses jovens, que informavam na embaixada que tinham como viver no Brasil, mas na realidade estavam fugindo das adversidades de seus próprios países. Portanto, como servidores públicos comprometidos com o atendimento público e defensoras da inclusão social, começamos a buscar alternativas. A SR-1, em tratativas com a Faculdade de Letras e o Curso de Línguas Aberto à Comunidade (CLAC), possibilitou um canal direto de acompanhamento desses alunos para o curso de português para estrangeiros; outra ação foi a criação de um canal com a Divisão de Assistência ao Estudante (DAE)/SR-1 para atendimento à saúde, com encaminhamento aos hospitais da UFRJ, e na seção criamos um banco de endereços de locais que ofereciam vagas para alunos a preços acessíveis, uma vez que não podiam ocupar a Residência Estudantil, além da organização do material de registro dos alunos. Infelizmente, ainda vivíamos num ambiente em que o servidor impedia outro servidor de saber como o setor funcionava, temeroso de perder a chefia ou o emprego. Nosso trabalho foi reconhecido pelos consulados de vários países e recebemos uma homenagem do Consulado de Angola, entregue pelo então Presidente da República de Angola, Sr. José Eduardo dos Santos, em visita na cidade.

Neste período, em contribuição ao movimento dos funcionários, no debate das políticas educacionais, participei do Fórum em Defesa da Educação Pública, pelo Grupo de Trabalho de

⁸ MRE- Ministério das Relações Exteriores; Programa Estudante-Convênio – (atualmente denominado PEC-G) criado em 1965, Decreto nº 55.613, e atualmente regido pelo Decreto nº 7.948/2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/62841-programa-de-estudante-convenio>. Acesso em 23.ago.2020

Educação da FASUBRA, por indicação do SINTUFRJ⁹, junto ao Congresso Nacional, na tramitação da Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB). A LDB sofreu um grande revés com a apresentação de uma nova proposta no Senado Federal, por parlamentares ligados ao governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), em março de 1995, em contraposição ao projeto construído pelos movimentos sociais, em tramitação desde 1988. Esta atuação me permitiu conhecer detalhadamente a nova LDB (1996), contribuindo para minha atuação técnico-administrativa na adaptação das normas da UFRJ à nova legislação, alteração das resoluções do CEG e do Estatuto da UFRJ. Ou seja, a participação dos espaços políticos e sindicais, na esfera nacional, possibilitou-me um acesso às informações, à parlamentares e aos debates da política educacional, que foram uma verdadeira escola de formação e capacitação, para minha atuação como servidora pública federal na educação, em especial na UFRJ.

A ocupação em 1996 da Coordenação Administrativa da Comissão de Acesso aos Cursos de Graduação possibilitou-me colocar em prática ações administrativas que pudessem responder as principais questões que afetavam o ensino superior na UFRJ. A constituição da equipe de trabalho foi o primeiro passo, com a requisição das servidoras Mônica Conde e Soraya Rodrigues, administradoras e Cleide Lima, cientista política. O NCE destacou o analista de sistemas, Marco Aurélio Guimarães, que permanece até hoje um grande parceiro em inúmeras ações, como um suporte interno no NCE, e depois chegou o jornalista Fortunato Mauro, além da equipe de prestadores de serviços, que eram a alma do funcionamento de todo o aparato logístico que envolvia produzir, distribuir, armazenar, vigiar, todas as provas para cada um dos 80 mil candidatos/ano. Cerca de 3.000 pessoas, entre equipe permanente, sazonal e de fiscalização, no dia das provas, garantiam anualmente a excelência da UFRJ na aplicação de seu concurso, elogiado pela imprensa, pela comunidade educacional local e nacional e que recebeu, durante todos os anos de nossa gestão, moção de louvor do CONSUNI. Sem dúvida nenhuma foi o local de trabalho mais árduo, sem fim de semana e feriados e, ao mesmo tempo, o mais gratificante que trabalhei na UFRJ. A paixão que inicialmente destacamos era a marca de nossa equipe de trabalho. A UFRJ não podia falhar, e estava em nossas mãos a excelência de nosso trabalho.

O ponto mais crítico para mim era a evasão. Dados que analisei na SR-1, apontavam para o alto número de alunos que evadiam, sem cumprir um único crédito, no seu primeiro período. Identificamos que o aluno fazia sua matrícula, realizava sua inscrição em disciplina,

⁹ Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativo em Educação da UFRJ (SINTUFRJ) fundado em 1993, em transformação da ASUFRJ

ocupando a vaga, mas não aparecia nas aulas. Não era levado em conta o fato de que os resultados dos concursos em outras universidades, levava o aluno a abandonar a UFRJ, principalmente aqueles que escolhiam cursos menos procurados na UFRJ e os que desejavam outras (UERJ, UFF, UNIRIO, CEFET, etc.). Assim, uma das principais ações foram tomadas foi mudar o Edital de Seleção, vinculando o direito a vaga à execução dos dois atos, matrícula e inscrição em disciplinas. Só a matrícula não daria direito à vaga; segundo, deixamos a inscrição em disciplinas para data próxima ao início das aulas, possibilitando uma nova chamada depois, com mais vagas; terceiro, em parceria a outras IES do Rio, passamos a cruzar as listas de classificados e verificar se já estava matriculado. Um trabalho envolvendo melhoria dos sistemas e envolvimento dos servidores da Comissão, do DRE e do NCE. Outra linha de ação foi a implantação das tecnologias da informação para otimização e redução dos custos, aos candidatos que tinham que comprar o kit de inscrição e pagar nos correios o envio dos formulários, e para a UFRJ com a terceirização da digitação das fichas. A internet estava chegando ao Brasil, e então junto aos NCE, e técnicos como Maurício Bomfim, foi desenvolvido um dos primeiros formulários eletrônicos de inscrição em concurso público no Brasil, para ser preenchido na internet. A criação de página eletrônica da UFRJ e da comissão de acesso, pelos técnicos Ricardo Caiado e Miriam Perrota, ofertando acesso às informações dos cursos e suas unidades, ocupando o 1º lugar de melhor página por cinco anos consecutivos do Prêmio iBest¹⁰. A criação da Revista Opção¹¹, com fotos e informações sobre os cursos, para auxiliar os candidatos a fazerem suas escolhas, mantida até 2010. Em parceria com a IBM¹² passamos a digitalizar as assinaturas dos candidatos e inserir na lista de presença em cada dia de prova, como medida de segurança a possíveis fraudes por falsidade ideológica, após detectarmos um caso no Curso de Medicina¹³.

Como integrante da bancada dos TAEs no CONSUNI (1998/2003), participei da Comissão de Implantação do Instituto de Doenças do Tórax (IDT) e pelo convívio com o Prof. Edson Saad, titular de cardiologia da Faculdade de Medicina, toda equipe da Comissão de Acesso recebeu o convite para migrar para a nova unidade, como um projeto inovador de

¹⁰ Prêmio *iBest*. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%AAmio_iBest. Acesso em 23.ago.2020

¹¹ Revista Opção 2010. Disponível em https://acessograduacao.ufrj.br/processos/2010-1/2010-1-acesso-a-graduacao/revista-opcao/Concurso_2010_Revista_Opcao.pdf. Acesso em 23.ago.2020

¹² A IBM - *International Business Machines Corporation*, estava desenvolvendo os primeiros scanners no Brasil e precisava testar. Pela visibilidade e respeitabilidade da UFRJ, construímos um acordo, sem ônus para a UFRJ, onde a IBM disponibilizou seus scanners, ficaram no NCE, e passamos a digitalizar os formulários em 1997.

¹³ Em 1998, após conferência no laboratório grafotécnico da Polícia Federal RJ identificamos um candidato do estado de Goiás que utilizou outra pessoa para fazer sua prova, não coincidindo sua escrita com a quem fez a prova. Sua matrícula foi cancelada e respondeu a processo por crime de falsidade ideológica.

unidade hospitalar onde integração, interdisciplinaridade e uso de novas tecnologias se apresentava. Era o sonho do InCor do Rio, na UFRJ. Infelizmente, a guerra política interna na gestão de intervenção (1998/2002) se intensificou, e a reitoria interveio no IDT, destituindo o diretor, não assinando os acordos com a Petrobrás e BNDES, enterrando o projeto. A equipe se dispersou. Integrei, em 2003, a Comissão de Implantação do Instituto do Coração (ICES), em que além do Prof. Saad, contava com os professores Nelson Souza e Silva, Alexandre Cardoso, Adalberto Vieyra, dentre outros participaram, e onde atuei até 2010.

Minha participação como representante dos TAEs no CEG (2003/2010), como titular e depois suplente, permitiu acompanhar várias câmaras, como a de Corpo Discente e de Currículos, e nas comissões de Assistência Estudantil e de Acesso aos Cursos de Graduação, nesta última sendo a presidente da Comissão, além de participação em grupos de trabalho, instituídos pelos colegiados superiores e pelo Reitor da UFRJ, relativos ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e de implantação do REUNI. Atuei intensamente na elaboração das Resoluções do CEG quanto a normatização dos estágios e da política POVOAR¹⁴, assim como na relatoria de aprovação dos cursos de graduação em Macaé. Neste período estava coordenadora geral do SINTUFRJ, eleita por três gestões consecutivas (2001/2008), uma escola de aprendizado sobre a política de pessoal - carreira, assédio, saúde, capacitação.

Na Comissão de Implantação do Complexo Hospitalar, a convite do reitor Prof. Aloisio Teixeira, sob a liderança do Prof. Nelson Souza e Silva, estive responsável pela subcomissão de informação, com o projeto de prontuário eletrônico do paciente, infelizmente abortado, mais uma vez em função da intransigência e limitação de certos dirigentes da UFRJ.

De 2011 a 2016 estive cedida aos Correios, onde ocupei várias funções de gestão da estatal e de interação governamental e que destaco a participação no grupo de trabalho de implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), em 2015, até o retorno, em julho de 2016. Apesar do convite para atuar na Controladoria Geral da União (CGU) no Rio de Janeiro, em função das mudanças no órgão e do governo que assumiu após o golpe de 2016, optei por ficar na UFRJ. Desde que regressei contribuí na capacitação dos servidores envolvidos na implantação do SEI na UFRJ, UFF, Benjamin Constant e Jardim Botânico. A convite da Profa. Andrea Teixeira, estive na assessoria da direção da ESS até outubro de 2018, onde preparei a

¹⁴ POVOAR - Programa de Ocupação das Vagas Ociosas e Remanescentes instituído pela Resolução CEG nº 6/2010, hoje nomeada de Resolução CEG nº 1/2017, numa prática legislativa irregular de apagar da história a origem das normas, quando se deseja apenas alterar alguns artigos. O nome POVOAR é de autoria do Prof. Erickson Almendra (COPPE/EP), foi conselheiro do CEG e diretor da Escola Politécnica nessa época.

unidade para receber o sistema SEI e passei a oferecer o Curso de Extensão “Noções Básicas de Gestão Documental, Transparência Pública e uso dos Sistemas e-SIC e SEI”, através de edital da PR5 e curso de capacitação “Noções de Gestão Documental, e uso do SEI”, através de edital da PR4, aprovado em 2018 e, indeferido em 2020. Desde 2018 estou lotada na Decania do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), mas estes últimos 10 anos, muito rico, parte está registrado na dissertação de mestrado e os demais, assim espero, serão objeto de outro capítulo das nossas vivências e memórias na UFRJ.

REFERÊNCIAS

- FONSECA, J. E. do N. **Novos atores na cena universitária**. Rio de Janeiro: NAU, 1996.
- RIBEIRO, Ana Maria. O ACESSO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFRJ, MEMÓRIA E INCLUSÃO , In: **O Protagonismo da Mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação** ; Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Nathália Lima Romeiro (Org.) - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota), 618 p.
- RIBEIRO, Ana Maria. Currículo Lattes – comprovação das funções ocupadas com respectivas portarias informadas. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/9689371597624738>. Acesso em [27.ago.2020](#)